



Simulado Final

TRT RJ

Técnico Judiciário – Área Administrativa

Agente da Polícia Judicial

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-RJ (Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial do TRT-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Si9ir9vNHtKpuJ8o8>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/7F31>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luís Felipe***TEXTO**

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais “devoradas” do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras “lições de leitura”, no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas por meio do famoso controle de leitura. Em algumas vezes cheguei mesmo a ler, em relações bibliográficas, indicações em torno de que páginas deste ou daquele capítulo de tal ou qual livro deveriam ser lidas: “da página 15 à 37”.

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas.

Paulo Freire. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989, p. 12 (com adaptações).

1. De acordo com o texto, o autor critica:

- a) A ausência de bibliografias nos cursos superiores.
- b) O desprezo dos alunos pela leitura de textos acadêmicos.
- c) A exigência de leitura de muitos textos sem uma verdadeira compreensão.

d) A qualidade dos livros indicados nos cursos universitários.

e) O controle de frequência nas aulas de leitura.

2. Segundo o autor, a leitura deve ser entendida como:

- a) Um instrumento de controle acadêmico sobre os alunos.
- b) Uma prática suficiente em si, independentemente da compreensão.
- c) Um processo de memorização e repetição de conteúdos.
- d) Uma atividade que se mede pela quantidade de páginas lidas.
- e) Uma experiência de compreensão profunda e crítica dos textos.

3. Assinale a alternativa em que as normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas:

- a) Era necessários ajustes imediatos na proposta apresentada.
- b) Bastaram-lhe poucas palavras para convencer os presentes.
- c) Existem, na lista, apenas um item pendente.
- d) Havia ocorrido incidentes antes da reunião, mas não foram relatados.
- e) Devia os representantes manifestarem-se com clareza.

4. Transpondo-se para a voz passiva a oração “A médica explicará os procedimentos aos pacientes”, a forma verbal resultante será:

- a) seriam explicados
- b) foram explicados
- c) têm sido explicados
- d) serão explicados
- e) estava explicando

5. Assinale a alternativa cuja pontuação segue rigorosamente as regras da norma culta:

- a) Mesmo diante das críticas o autor, manteve sua postura original.
- b) Há nos objetos antigos, uma espécie de alma, invisível ao olhar apressado.
- c) O autor demonstra, em suas palavras uma nostalgia contida, mas intensa.
- d) São poucos os leitores que, de fato, percebem a delicadeza do texto.
- e) O cronista, descreve com ironia os sentimentos escondidos nas ações mais simples.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra gramatical:

- a) pé, amém, troféu, café
- b) lâmpada, público, gráfico, tímido
- c) herói, parabéns, troféus, réptil
- d) júri, hífen, vírus, árvore
- e) até, você, sofá, tênis

7. Em qual das alternativas ocorre personificação, figura que atribui comportamento humano a entidades não humanas?

- a) O vento frio soprava entre as frestas da janela.
- b) A esperança bateu à porta do jovem sonhador.
- c) As folhas caíam lentamente sobre o chão úmido.
- d) A cidade parecia mais vazia naquele feriado.
- e) A chuva incessante molhava as calçadas.

8. Assinale a alternativa que pode substituir o termo destacado sem alterar o sentido da frase:

O autor foi bastante criticado, embora sua obra tenha sido amplamente lida e estudada.

- a) como
- b) ainda que
- c) então

- d) quando
- e) porquanto

9. Entre os atributos da redação oficial elencados pelo Manual de Redação da Presidência da República, destaca-se:

- a) a subjetividade.
- b) a criatividade.
- c) a impessoalidade.
- d) a formalidade excessiva.
- e) o uso de expressões regionais.

10. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de elipse como mecanismo de coesão, conforme descrito no Manual de Redação da Presidência da República:

- a) O diretor comunicou sua decisão e, imediatamente, os subordinados acataram-na com entusiasmo.
- b) As propostas foram discutidas em reunião e aprovadas.
- c) A servidora entregou o relatório final; a estagiária, o questionário de avaliação.
- d) O Ministro foi recebido com honras; o Embaixador, igualmente.
- e) Os pareceres não foram enviados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

11. Considere a sentença "Se a saia é roxa e a blusa é marrom, então o sapato é rosa".

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- a) A saia não é roxa ou a blusa não é marrom ou o sapato é rosa.
- b) Se o sapato é rosa, então a saia é roxa e a blusa é marrom.
- c) Se a saia não é roxa e a blusa não é marrom, então o sapato não é rosa.
- d) A saia é roxa e a blusa é marrom e o sapato não é rosa.
- e) Se o sapato não é rosa, então a saia não é roxa e a blusa não é marrom.

12. Se não é verdade que "Se o Brasil não acaba com a inflação então a inflação acaba com o Brasil".

Logo, é verdade que:

- a) O Brasil não acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.
- b) O Brasil acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.
- c) O Brasil acaba com a inflação e a inflação acaba com o Brasil.
- d) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação não acaba com o Brasil.
- e) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação acaba com o Brasil.

13. Quatro meninas têm 11, 7, 5 e 9 bonecas cada uma. Foram feitas algumas afirmações:

- Ana: Eu tenho 5 bonecas;
- Bia: Eu tenho 11 bonecas;
- Carla: Ana tem 9 bonecas;
- Duda: Eu tenho 9 bonecas.

Se apenas uma das meninas mentiu, tendo as outras dito a verdade, então concluímos que a soma do número de bonecas de Ana, Bia e Carla é igual a

- a) 22.
- b) 25.
- c) 21.
- d) 27.
- e) 23.

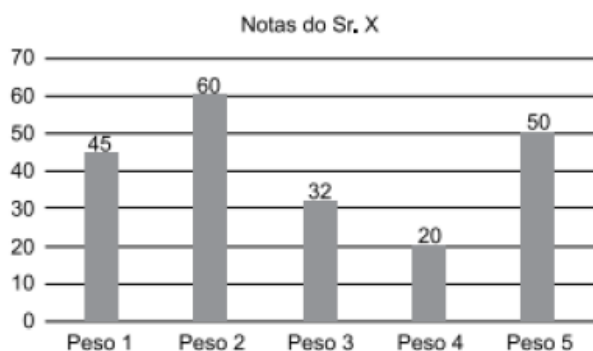
14. Considere os números $m = 20$, $n = 30$ e $p = 40$.

Vamos supor que o número m aumente 40%, o número n diminua 10% e o número p diminua 30%.

Sendo M , N e P os novos valores, respectivamente, de m , n e p , concluímos que:

- a) $P < N < M$.
- b) $P < M < N$.
- c) $N < M = P$.
- d) $M = P < N$.
- e) $M < N < P$.

15. O gráfico abaixo mostra as cinco notas do Sr. X e os respectivos pesos atribuídos a cada uma das provas.



Para ser aprovado, o Sr. X precisava que sua média aritmética ponderada por esses pesos fosse maior ou igual a 48 pontos. Com essas notas, o Sr. X não foi aprovado e sua média ficou abaixo de 48, em uma quantidade de pontos igual a

- a) 6,6.
- b) 7,9.
- c) 8,6.
- d) 9,5.
- e) 10,8.

Gabarito: C

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.
- a) Os resultados mensais alcançados pelo órgão referentes aos indicadores de desempenho da sustentabilidade devem ser inseridos no PLS-Jud até o dia 28 do mês subsequente ao mês-base.
 - b) A alimentação do PLS-Jud cabe ao responsável designado pelo respectivo órgão do poder judiciário, que deve atestar a confiabilidade dos dados repassados.
 - c) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário também é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo STF.
 - d) Uma das competências da Unidade de Sustentabilidade é a de fomentar ações, com o apoio da Comissão Gestora do PLS e em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, que estimulem as emissões de gases de efeito estufa no âmbito do órgão do Poder Judiciário.
 - e) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada dois anos.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES*Tiago Zanolla*

17. Renato, Analista do TRT da 1ª Região, exerce função comissionada de natureza gerencial. Durante a organização de um evento institucional, foi convidado para participar como palestrante em um congresso promovido por uma empresa que presta serviços ao Tribunal. A empresa ofereceu hospedagem e custeio das passagens. Renato aceitou a proposta, não informou à Administração e proferiu palestra em nome do Tribunal. Posteriormente, ainda sob a mesma função, manifestou-se publicamente, em rede social, sobre a atuação funcional de um servidor da unidade sob sua chefia direta, criticando sua postura com base em fatos internos.

À luz do Código de Ética do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa correta:

- a) Renato não violou norma ética, pois o convite e a manifestação se deram fora do horário de expediente.
- b) Renato poderia ter aceitado os benefícios da empresa, desde que registrasse apenas a viagem no sistema do Tribunal.
- c) Renato cometeu infrações éticas ao não declarar conflito de interesses e ao opinar publicamente sobre servidor sob sua chefia.
- d) A manifestação pública de Renato é lícita, pois refere-se a servidor da mesma instituição, sem exposição externa do conteúdo.
- e) A participação de Renato no evento não constitui infração, por se tratar de convite institucional com tema técnico.

18. Concluído o processo ético-disciplinar instaurado contra o servidor Cláudio, o Subcomitê de Ética sugeriu a aplicação da penalidade de censura ética por violação aos deveres funcionais. Após o trânsito recursal, a penalidade foi registrada nos assentamentos funcionais. Dois anos depois, Cláudio foi indicado para ocupar cargo em comissão, ocasião em que a Secretaria de Gestão de Pessoas detectou o registro da penalidade. À luz do Código de Ética e da Resolução Administrativa nº 11/2022, com alterações pela Resolução nº 10/2023, é correto afirmar que:

- a) O registro da censura ética deve ser imediatamente cancelado, pois transcorridos mais de doze meses da decisão.
- b) A indicação ao cargo em comissão deverá ser automaticamente anulada, pois há vedação legal expressa em caso de registro ativo de censura ética.
- c) A Secretaria agiu corretamente ao considerar o registro nos procedimentos relativos à nomeação, ainda que a penalidade não impeça, por si só, a designação.
- d) O registro da penalidade é público e impede o servidor de concorrer a qualquer função gratificada até sua exclusão automática após cinco anos.
- e) O cancelamento do registro depende de solicitação do servidor e decisão do Subcomitê, independentemente de nova infração.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

19. Durante reunião administrativa no TRT da 1ª Região, surgiu controvérsia quanto à competência para julgamento de processo disciplinar envolvendo juiz substituto e, também, sobre a responsabilidade institucional na deliberação quanto à aquisição de vitaliciedade ao fim do biênio. À luz do Regimento Interno do Tribunal, é correto afirmar que:

- a) Compete à Presidência do Tribunal processar e julgar o juiz substituto em matéria disciplinar, cabendo ao Tribunal Pleno apenas decidir sobre sua vitaliciedade.
- b) A deliberação sobre a exoneração ou aquisição de vitaliciedade do juiz substituto é privativa da Corregedoria Regional.
- c) O Tribunal Pleno detém competência tanto para julgar penalidades disciplinares quanto para deliberar sobre vitaliciedade de juízes substitutos, exigindo maioria qualificada.
- d) Compete ao Tribunal Pleno, por maioria absoluta e motivação expressa, deliberar sobre a vitaliciedade de juízes substitutos, além de julgar processos disciplinares.
- e) A aquisição da vitaliciedade é automática após dois anos de exercício, cabendo ao Tribunal Pleno apenas homologá-la.

20. Durante sessão de julgamento em Turma do TRT da 1ª Região, houve empate na votação e designação de nova data para prosseguimento. Concluído o julgamento, foi designado como redator do acórdão o magistrado cujo voto divergia do relator, mas que prevaleceu. Considerando o disposto no Regimento Interno, é correto afirmar:

- a) O relator originário deverá redigir o acórdão mesmo que seu voto tenha sido vencido, pois é quem detém o controle do feito.
- b) O relator vencido redigirá o acórdão apenas se tiver sido o primeiro a votar, ainda que seu entendimento não tenha prevalecido.

c) O acórdão deverá ser redigido pelo magistrado cujo voto tiver prevalecido, cabendo ao relator vencido fornecer o relatório.

d) O redator deverá ser o magistrado que tiver formulado pedido de vista na sessão anterior, independentemente de voto vencedor.

e) O acórdão será obrigatoriamente redigido pelo revisor, mesmo que este tenha sido vencido juntamente com o relator.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

21. A partir do que define a Constituição Federal de 1988, quando internalizados, os Tratados sobre Direitos Humanos podem assumir

- a) “status” de norma supraconstitucional quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados.
- b) posição de lei complementar, estando acima dos demais tratados que têm natureza de leis ordinárias.
- c) natureza de normas constitucionais uma vez que sejam aprovados, pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) o mesmo patamar das normas constitucionais, bastando que sejam assinados pelo Presidente da República, momento em que terá início a vinculação do estado brasileiro perante a comunidade internacional.
- e) “status” de leis ordinárias, sempre que forem aprovados, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, por três quintos dos votos dos membros, em turno único de votação.

22. De acordo com a Resolução CNJ nº 492/2023, o responsável pela elaboração de estudos, análise de cenários, diálogo com os tribunais e proposições concretas para a ampliação da representação feminina junto ao Poder Judiciário será:

- a) O Conselho Nacional de Justiça, na figura do Conselheiro
- b) O Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, apenas
- c) O Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário
- d) O Juiz ou Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
- e) A Ordem dos Advogados do Brasil

23. Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, assinale a alternativa que não corresponde a um dos direitos por ela albergados.

- a) Direito ao respeito à integridade psíquica e moral.
- b) Direito de não ser condenado a trabalhos forçados, como aqueles que decorrem de situação de calamidade que ameaça a existência ou o bem-estar da comunidade.
- c) Direito de não ser condenado à pena mais grave do que aquela aplicável no momento da perpetração do delito.
- d) O direito que têm os pais de que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.
- e) O direito de retificação ou resposta quando se é atingido por informações inexatas ou ofensivas.

24. Sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, julgue os itens a seguir.

I. Discriminação por motivo de deficiência é compreendida como sendo qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

II. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e tomarão medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres.

III. Para fomentar o direito à educação, os Estados Partes deverão tomar medidas que incluam a Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares.

Dentre os itens acima está (ao) correto (s):

- a) Apenas o I
- b) I e III
- c) I e II
- d) II e III
- e) I, II e III

25. Os direitos humanos são os direitos mínimos à vida com dignidade. Quanto aos direitos que dependem de prestações positivas por parte do Estado soberano, tem-se que os mesmos pertencem à:

- a) Primeira geração de direitos humanos.
- b) Segunda geração de direitos humanos.
- c) Terceira geração de direitos humanos.
- d) Quarta geração de direitos humanos.
- e) Quinta geração de direitos humanos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

- a) Windows Defender
- b) Limpeza de Disco.
- c) Assistente de Foco.
- d) Cortana
- e) Vídeo

27. Nas letras abaixo temos várias funcionalidades executadas pela Agenda do Google, exceto:

- a) Adicionar notificações a eventos
- b) Criar eventos com múltiplos participantes
- c) Criar páginas compartilháveis em que as pessoas podem agendar horários com você.
- d) Realizar upload de arquivos na nuvem.
- e) Exibe datas comemorativas e feriados nacionais marcados.

28. Sobre o Google Meet responda:

- a) Permite apenas a criação de reuniões instantâneas
- b) Limita a quantidade de participantes a 25 por reunião
- c) Permite agendar uma reunião na Google Agenda integrada
- d) Todos os participantes sempre podem usar o microfone
- e) Não há a possibilidade de estabelecer um usuário como moderador.

29. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

30. O SSL é um certificado digital que garante a transmissão de dados criptografados em uma rede. Um protocolo que o utiliza é:

- a) STMP
- b) HTTPS
- c) HTTP
- d) IMAP
- e) FTP

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS***Alexandre Herculano*

31. Qual das seguintes técnicas é mais efetivamente empregada na fase de planejamento de segurança de dignitários para identificar possíveis ameaças e vulnerabilidades?

- a) Análise de risco baseada em inteligência coletiva.
- b) Observação passiva sem registro de informações.
- c) Uso exclusivo de tecnologia de vigilância eletrônica.
- d) Reuniões informais com a equipe de segurança, sem documentação.
- e) Exclusivamente a análise de ameaças externas, ignorando vulnerabilidades internas.

32. No contexto da atuação do agente de segurança de dignitários, qual atitude é considerada inadequada durante uma abordagem de proteção?

- a) Manter postura discreta e vigilante.
- b) Comunicar-se de forma clara e objetiva com o dignitário.
- c) Demonstrar excesso de confiança e agressividade diante de uma ameaça real.
- d) Observar o comportamento de pessoas suspeitas na área de atuação.
- e) Seguir procedimentos padrão de segurança durante a ação.

33. Qual é o principal objetivo do modus operandi adotado por criminosos que visam atacar um dignitário?

- a) Criar um confronto direto, para demonstrar força.
- b) Obter informações detalhadas sobre a rotina do alvo, para planejar o ataque de forma precisa.
- c) Realizar ações aleatórias, sem planejamento, para surpreender as forças de segurança.

d) Utilizar apenas armas de fogo de alta potência.

e) Aproveitar a presença de mídia para obter notoriedade.

34. Em relação ao comportamento do agente de segurança na proteção de dignitários, qual das seguintes atitudes é mais recomendada?

- a) Manter uma postura de vigilância constante sem demonstrar ansiedade ou nervosismo.
- b) Mostrar-se excessivamente atento para assustar possíveis ameaças.
- c) Utilizar linguagem corporal relaxada e sorridente para parecer amigável e acessível.
- d) Disfarçar seus sentimentos, mesmo em situações de alta tensão.
- e) Ignorar sinais de ameaça potencial para evitar parecer paranoico.

35. Qual etapa do planejamento de segurança de um dignitário é fundamental para garantir a operacionalização eficaz e a resposta rápida a incidentes?

- a) Planejamento apenas para o evento principal, ignorando deslocamentos e áreas secundárias.
- b) Exclusiva análise de ameaças externas, sem considerar vulnerabilidades internas.
- c) Concentração total na tecnologia de vigilância, dispensando o treinamento da equipe.
- d) Redução ao mínimo do número de agentes para evitar custos elevados.
- e) Estabelecimento de rotinas padronizadas e protocolos de emergência.

**NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE
SEGURANÇA***Alexandre Herculano*

36. Qual é o princípio fundamental do planejamento de segurança que mais diretamente influencia a modularidade e o faseamento, considerando que o conceito de segurança institucional envolve a prevenção proativa de riscos em níveis estratégicos, táticos e operacionais?

- a) Princípio da defesa em profundidade, que estrutura o planejamento em camadas modulares e fases progressivas para mitigar riscos de forma escalável.
- b) Integração total, que elimina a necessidade de fases distintas e prioriza uma abordagem holística sem modularidade.
- c) Redundância de recursos, pois garante que cada módulo do planejamento possa operar independentemente sem afetar o todo.
- d) Minimização de custos, que foca em reduzir despesas ao máximo, ignorando a metodologia de análise de ameaças.
- e) Reatividade imediata, que enfatiza respostas rápidas em vez de planejamento antecipado, desconsiderando os níveis hierárquicos.

37. No contexto do planejamento de contingências, qual componente é mais crítico para o manejo de emergências em uma instituição, considerando a necessidade de integrar gerenciamento de crises com procedimentos emergenciais, e por que isso pode falhar se não for adequadamente faseado?

- a) Avaliação de riscos isolada, que identifica ameaças sem a necessidade de planejamento modular.
- b) Plano de comunicação unidirecional, que prioriza apenas a disseminação de informações durante crises, ignorando o feedback.
- c) Matriz de resposta integrada, que combina componentes como avaliação de riscos, procedimentos emergenciais e gerenciamento de

crises para garantir uma resposta faseada e modular.

- d) Treinamento ad hoc, realizado apenas após a ocorrência de uma emergência, sem planejamento prévio.
- e) Documentação estática, que não evolui com novos riscos e depende exclusivamente de simulações teóricas.

38. Em um cenário de planejamento de segurança institucional, qual metodologia melhor incorpora os princípios de modularidade e faseamento para lidar com a necessidade de planejamento de contingências, especialmente ao integrar fases como avaliação, implementação e revisão com o gerenciamento de crises?

- a) Metodologia linear, que segue uma sequência rígida sem adaptações, focando apenas na avaliação inicial.
- b) Abordagem reativa, que inicia o planejamento apenas após uma crise, sem considerar níveis ou componentes de contingências.
- c) Metodologia cíclica PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Agir), que permite modularidade em fases e integra planejamento de contingências para manejo de emergência.
- d) Modelo descentralizado, que delega responsabilidades sem uma estrutura faseada, priorizando apenas o gerenciamento de crises.
- e) Abordagem minimalista, que reduz o escopo para economizar recursos, ignorando a revisão e o faseamento.

39. Qual é o principal desafio no gerenciamento de crises durante o planejamento de contingências, considerando os componentes como necessidade de avaliação de riscos e procedimentos emergenciais, e como a falta de modularidade pode impactar as fases do planejamento de segurança?

- a) Excesso de documentação, que sobrecarrega o processo sem afetar o manejo de emergência.
- b) Integração deficiente entre níveis de planejamento, levando a falhas na modularidade e impedindo uma resposta eficaz em crises.
- c) Foco exclusivo em treinamento teórico, que ignora a necessidade de simulações reais para procedimentos emergenciais.
- d) Sobrestimação de recursos, que não considera o faseamento no planejamento de contingências.
- e) Ausência de revisão, que torna o gerenciamento de crises estático e vulnerável a novas ameaças.

40. Sobre o conceito de planejamento de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) O planejamento de segurança é uma atividade pontual, realizada apenas em situações de emergência, sem necessidade de fases ou etapas.
- b) O planejamento de segurança visa estabelecer diretrizes e ações de forma sistemática, considerando princípios como a modularidade e o faseamento para garantir a eficiência na proteção de ativos.
- c) O planejamento de segurança é exclusivo para ambientes militares e não se aplica ao setor civil.
- d) O planejamento de segurança não necessita de uma metodologia formalizada, devendo ser apenas intuitivo.
- e) O planejamento de segurança deve ser realizado apenas após a ocorrência de incidentes, como forma de correção de falhas.

NOÇÕES DE SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Alexandre Herculano

41. Qual é a principal finalidade da Política Nacional de Inteligência (PNI) no contexto brasileiro, conforme estabelecido pela legislação básica até 2021, considerando a necessidade de equilibrar segurança nacional e direitos fundamentais?

- a) Garantir a supremacia militar em conflitos internacionais por meio de operações ofensivas.
- b) Promover a espionagem econômica para vantagens competitivas no mercado global.
- c) Produzir e disseminar conhecimentos sobre ameaças à segurança nacional, visando a proteção do Estado e da sociedade.
- d) Fiscalizar e punir atos de corrupção interna sem a necessidade de autorização judicial.
- e) Integrar exclusivamente agências policiais para o combate ao crime organizado.

42. Em um cenário hipotético de ameaça cibernética a infraestruturas críticas, como a utilização da PNI deve ser priorizada para mitigar riscos, considerando os princípios de legalidade e proporcionalidade?

- a) Através de intervenções diretas e unilaterais das agências de inteligência, ignorando protocolos internacionais.
- b) Priorizando a coleta de dados pessoais de cidadãos para prever comportamentos individuais.
- c) Integrando análise de inteligência com políticas públicas, como a elaboração de planos de contingência e cooperação interinstitucional.
- d) Limitando-se e à divulgação de informações sigilosas para fins eleitorais.
- e) Concentrando-se exclusivamente em operações táticas de curto prazo, sem análise estratégica.

43. Segundo a Lei nº 9.883/1999, o controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo. Sobre a composição do órgão de controle externo, é correto afirmar que:

- a) É composto exclusivamente por membros do Poder Executivo designados pelo Presidente da República.
- b) É composto exclusivamente por membros do Poder Judiciário designados pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) É composto pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- d) É composto exclusivamente por membros do Ministério Público Federal designados pelo Procurador-Geral da República.
- e) É composto exclusivamente por representantes da sociedade civil designados pelo Congresso Nacional.

44. No contexto da Linguagem de Inteligência, qual conceito é mais apropriado para descrever a análise de informações coletadas de fontes humanas e técnicas para prever ameaças, considerando o ciclo de inteligência?

- a) HUMINT (Human Intelligence), que se limita à coleta de dados por meio de agentes infiltrados.
- b) SIGINT (Signals Intelligence), que envolve apenas interceptações eletrônicas sem análise.
- c) Análise de Inteligência, que integra dados de diversas fontes para produzir avaliações preditivas e estratégicas.
- d) Disseminação, que é o processo final de distribuição sem qualquer etapa de avaliação.
- e) Fontes Abertas, que são exclusivamente informações públicas sem valor analítico.

45. Qual das seguintes opções melhor descreve a finalidade principal da Política Nacional de Inteligência no Brasil?

- a) Controlar a divulgação de informações sigilosas apenas para órgãos de segurança.
- b) Orientar a atuação do Sistema de Inteligência Nacional, garantindo a produção de informações estratégicas para a tomada de decisão governamental.
- c) Regular a atuação exclusiva das forças militares em ações de inteligência.
- d) Estabelecer diretrizes para a vigilância de cidadãos para fins de segurança pública.
- e) Promover a transparência total das atividades de inteligência ao público geral.

NOÇÕES DE GERENCIAMENTO DE CRISES + DEFESA PESSOAL

Alexandre Herculano

46. No gerenciamento de crises, a fase de pré-confronto ou preparo é fundamental para estabelecer estratégias de ação e minimizar riscos. Qual dos seguintes elementos é mais crucial nessa fase?

- a) Resposta imediata ao incidente.
- b) Elaboração de planos específicos e treinamento da equipe.
- c) Execução da ação tática de modo a neutralizar a ameaça.
- d) Avaliação do grau de risco após o incidente.
- e) Identificação do causador do evento.

47. De acordo com a Lei nº 13.060/2014, o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo por agentes de segurança pública deve seguir critérios específicos. Qual das alternativas a seguir não está de acordo com essa legislação?

- a) Utilizar arma de fogo de maior potencial quando necessário.
- b) Priorizar o uso de técnicas não letais em situações de conflito.
- c) Avaliar a situação de risco antes de agir.
- d) Utilizar instrumentos de menor potencial ofensivo como medida inicial.
- e) Respeitar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

48. Segundo o Manual das Nações Unidas sobre o Uso da Força e armas de fogo por Agentes da Segurança Pública (2021), qual princípio é fundamental para orientar a atuação dos agentes durante uma intervenção?

- a) Acessibilidade total ao uso de armas de fogo em qualquer situação.
- b) Proporcionalidade entre o meio usado e a ameaça enfrentada.
- c) Uso de força máxima para garantir a segurança do agente.
- d) Prioridade na captura do suspeito, independentemente do risco.
- e) Adoção de táticas de confronto direto como primeira opção.

49. No contexto da defesa pessoal e do uso da força, a Resolução da ONU nº 34/169 recomenda que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei adotem quais princípios básicos?

- a) Rigor e punição máxima.
- b) Risco zero em todas as operações.
- c) Proporcionalidade, necessidade e responsabilidade.
- d) Uso imediato de força de alta potência.

e) Adoção de táticas de confronto sempre que possível.

50. No contexto do gerenciamento de crises, a fase de pré-confronto ou preparo é fundamental para estabelecer estratégias e critérios de ação. Sobre essa fase, assinale a alternativa correta:

- a) Nessa fase, o foco principal é a resposta imediata às ações do causador de risco, minimizando os danos.
- b) Durante o pré-confronto, deve-se realizar uma avaliação detalhada do perímetro tático e estabelecer o posto de comando.
- c) Essa fase inclui a negociação direta com os causadores de risco, buscando uma resolução pacífica.
- d) O pré-confronto é caracterizado pela ausência de planejamento, devendo-se atuar de forma intuitiva.
- e) Nessa etapa, a prioridade é a utilização de força máxima para neutralizar a ameaça o mais rápido possível.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Hugo Garotinho

51. A cada 4 (quatro) horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, o condutor deverá descansar por, no mínimo:

- a) 30 minutos, sendo proibido o seu fracionamento.
- b) 30 minutos, sendo facultado o seu fracionamento.
- c) 15 minutos, sendo facultado seu fracionamento.
- d) 45 minutos, sendo proibido seu fracionamento.
- e) 1 hora, sendo facultado seu fracionamento.

52. Durante uma abordagem policial, foi constatado que Paulo havia permitido que seu filho Marcelo, de 18 anos e não habilitado, conduzisse seu veículo automotor ao voltar de uma partida de futebol. Sabendo que o pai estava como passageiro e que Marcelo conduziu o automóvel sem gerar perigo de dano, assinale a alternativa correta.

- a) Marcelo cometeu crime de trânsito.
- b) Paulo não cometeu crime de trânsito, haja vista Marcelo ter conduzido o veículo sem gerar perigo de dano.
- c) Paulo cometeu apenas infração de trânsito.
- d) Ambos cometeram apenas infração de trânsito.
- e) Paulo deverá ser autuado por crime de trânsito.

53. Conforme o CTB, “Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de sinistro de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes” e “Deixar o condutor envolvido em sinistro sem vítima de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito” são, respectivamente, infrações:

- a) Grave e Leve
- b) Gravíssima e Gravíssima
- c) Gravíssima e Média
- d) Grave e Média
- e) Grave e Grave

PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS: NORMA REGULAMENTADORA 23

Edimar Monteiro

54. De acordo com a Norma Regulamentadora NR 23 (atualizada pela Portaria MTP nº 2.769/2022), as empresas devem adotar medidas de prevenção contra incêndios. Assinale a alternativa correta.

- a) A organização deve garantir a sinalização das saídas de emergência, mas a manutenção da

desobstrução dessas saídas é opcional e depende da quantidade de trabalhadores no local.

- b) Apenas trabalhadores designados devem receber informações sobre os equipamentos de combate a incêndio, evacuação e alarmes, visto que são os responsáveis diretos pela segurança.
- c) É obrigatório que os estabelecimentos disponham de saídas em número suficiente e distribuídas de maneira que garantam evacuação rápida e segura em caso de emergência.
- d) As portas e vias de passagem de emergência podem ser fechadas com cadeados ou outros dispositivos de segurança, desde que haja um responsável para abri-las quando necessário.
- e) As medidas de prevenção contra incêndios devem seguir exclusivamente as normas técnicas federais, sem necessidade de adequação às legislações estaduais.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

Rodrigo Bet

55. Com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), julgue os itens abaixo:

- I. O operador é a pessoa natural ou jurídica que decide sobre o tratamento dos dados pessoais e define as bases legais aplicáveis.
 - II. Um dado anonimizado é aquele que não permite a identificação do seu titular, considerados os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.
 - III. Qualquer informação relacionada a uma pessoa natural é classificada como dado pessoal sensível.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Somente o item I está correto.
 - b) Somente o item II está correto.
 - c) Somente o item III está correto.
 - d) Somente os itens I e II estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.

LEGISLAÇÃO*Antônio Pequeno*

56. Carlos, policial civil, ao chegar em casa, distraído, sacou uma arma de fogo da cintura e colocou-a sobre a mesa. Devido a essa negligência, Cadu, de dois anos, filho do policial, se apoderou da arma de fogo, entretanto não foi causado nenhum acidente. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa abaixo correta.

- a) A conduta do policial é atípica.
- b) O policial responderá pelo crime de omissão de cautela.
- c) O policial responderá pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- d) O policial responderá pelo crime de corrupção de menores.
- e) O policial responderá pelo crime de porte irregular de arma de fogo de uso restrito por equiparação.

57. Um servidor do TRT-RJ praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para os crimes previstos nessa lei é:

- a) Ação penal pública condicionada à requisição.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- e) Ação Penal Pública incondicionada.

58. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art. 2º-A da Lei nº 7.771/1989. Segundo dispõe a lei mencionada, a pena dele poderá ser majorada:

- a) de 1/3 a 2/3.
- b) de 1/2 a 2/3.
- c) de 1/3 a 1/2.
- d) de 2/3.
- e) de 1/3.

59. Um jovem praticou crime cuja pena é de detenção de um ano a 2 anos. Com base na situação hipotética, e de acordo com a lei nº 9.099/1995, podemos afirmar que o crime praticado pode ser considerado uma infração penal:

- a) de médio potencial ofensivo.
- b) de elevado potencial ofensivo.
- c) de menor potencial ofensivo.
- d) hedionda.
- e) grave.

60. De acordo com a resolução nº 566 de 19 de junho de 2024 (que altera a Resolução CNJ nº 467/2022 que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto no art. 6º, inciso XI, e no art. 7º-A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012), o porte de arma funcional para defesa pessoal poderá ser presumido quando o policial judicial estiver empenhado nas seguintes atividades, exceto:

- a) Proteção de dignitários.
- b) Policiamento ostensivo.
- c) Inteligência policial institucional.
- d) Proteção de autoridades.
- e) Em qualquer hipótese.

Redação

Não existe uma única definição para discurso de ódio, entretanto, todas elas se assemelham. Segundo Samanta Ribeiro Meyer-Pflug, doutora em Direito, o discurso de ódio é a manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. Entretanto, podemos ver que nesta definição são abordados apenas os pontos de discriminação racial, social ou religiosa, sem considerar, por exemplo, gênero, orientação sexual, peso, algum tipo de deficiência, classe, dentre outros.

Já Daniel Sarmento, doutor em Direito Constitucional, afirma que discurso de ódio pode ser caracterizado por “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos”.

Sendo assim, com base nessas duas conceituações e no senso comum que existe sobre o termo, podemos chegar à conclusão de que discurso de ódio é um conjunto de ações com teor intolerante direcionadas a grupos, na maioria das vezes, minorias sociais (mulheres, LGBTQs, gordos(as), pessoas com deficiência, imigrantes, dentre outros).

O discurso de ódio é considerado um tipo de violência verbal, e a sua base é a não-aceitação das diferenças, ou seja, a intolerância.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/discurso-de-odio-o-que-e/>

Tendo o texto acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **a intolerância nas relações sociais contemporâneas: a cultura do ódio.**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
